

Realização:



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E SERVIÇOS



Workshop Iniciativas de pesquisa e inovação para a Amazônia

Declaração final

Manaus, 05 de setembro de 2024

Nos os dias 4 e 5 de setembro, convidados pela Financiadora de Projetos (FINEP), Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS) e Secretaria de Economia Verde do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (SEV/MDIC), estiveram reunidos mais de 70 atores do governo e da sociedade civil (empresários, trabalhadores e organizações sociais), de 43 instituições, no workshop "*Iniciativas de pesquisa e inovação para a Amazônia*", com o objetivo de construir consensos sobre quais seriam os critérios orientadores para o desenvolvimento do ecossistema produtivo e de ciência, tecnologia e inovação amazônico e, em especial, para as agências de fomento e sistema financeiro, a fim de promover o desenvolvimento sustentável da região de forma coordenada e coerente. Esse documento apresentado terá uma versão aprimorada, que será reapresentada aos atores neste mesmo fórum.

Uma premissa importante em qualquer projeto consistente de desenvolvimento da Amazônia é que ela tem de ser assumida e protagonizada pelas populações, setores econômicos e instituições amazônicas, com o decidido apoio e participação de todos os brasileiros de outras regiões, e mesmo estrangeiros, mas sempre considerando os habitantes da região como portadores de capacidade e de historicidade. Além disso, os ganhos de um novo paradigma de desenvolvimento para a região, que é uma grande perspectiva para a Amazônia e o Brasil, devem beneficiar as populações que ao longo dos séculos garantiram a conformação da sociobiodiversidade do bioma em questão.

Foram apresentados 7 projetos de iniciativa de instituições da região, e ou que foram gestados no âmbito dos grupos de trabalho do CDESS/SRI, ao longo do workshop, que se propõem a responder a objetivos estratégicos do Estado Brasileiro na região. **As várias iniciativas expostas no workshop apresentaram em comum o propósito do trabalho em rede, gerar riqueza a partir do uso sustentável dos recursos naturais e reparti-la entre as populações da região. Entretanto, foi igualmente observado que é importante que as iniciativas não concorram entre si, nem dupliquem esforços. Assim, a cooperação e complementariedade entre os projetos foi apresentado como uma perspectiva desejável. É igualmente desejável a incorporação desses esforços de desenvolvimento do país. As soluções tecnológicas para a sustentabilidade ambiental, econômica e social da Amazônia exigem urgência, escala e efetividade.**

No governo Lula, o Estado brasileiro retomou sua capacidade de planejamento de longo prazo para o desenvolvimento, com a premissa de orientação por missões, que colocam a ciência, a tecnologia e a produção industrial a serviço do bem estar e da qualidade de vida das pessoas.

Realização:



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E SERVIÇOS



Pela importância estratégica da Amazônia para o Brasil, para os diversos biomas (especialmente o Pantanal), para garantir a regularidade no regime de chuvas e, conseqüentemente, a produtividade da agricultura brasileira, e os demais serviços prestados pela natureza, devemos priorizar fortemente a alocação de novos e contínuos recursos para fortalecer as instituições de ciência, tecnologia e inovação locais e o ecossistema de inovação, especialmente na sociobioeconomia na região, ouvindo tanto a indústria como as comunidades tradicionais sobre os gargalos a serem enfrentados para o desenvolvimento desse setor.

Ter critérios orientadores do fomento é necessário para garantir que as prioridades de governo sejam atingidas, e que as populações e os processos produtivos sejam beneficiados pelo novo modelo de desenvolvimento. O desenvolvimento regional e a soberania, são dois temas que andam em conjunto e que assim devem ser considerados. A assinatura recente do Pacto de Transformação Ecológica entre os 3 poderes foi um grande avanço nesse sentido, com a integração de ações entre executivo, judiciário e legislativo. Os projetos de lei de Hidrogênio Verde, Combustível do Futuro, o Projeto de Bioinsumos, o Mercado Regulado de Carbono e Eólica Offshore devem buscar consenso na sociedade e ações coordenadas entre os três poderes.

Sobre a bioeconomia, ressalta-se que o Brasil tem condição de liderar mundialmente essa temática. No caso da Amazônia, é fundamental avançar na produção de bioprodutos a partir da nossa sociobiodiversidade, sem desconsiderar os desafios logísticos para dar escala para a bioeconomia: energia, transporte e verticalização da produção.

No ano passado, o Congresso Nacional aprovou a Taxa de Referência para o financiamento da inovação no país. Trata-se de taxa vantajosa de juros, competitiva com as taxas praticadas internacionalmente, que visa estimular a inovação em empresas nacionais. E preciso que a TR seja instrumento do desenvolvimento regional do país, especialmente para os temas estratégicos e de soberania nacional.

Critérios Orientadores para o Fomento de Iniciativas de ciência, Tecnologia e Inovação na Amazônia

1. **Impacto Local e Regional:** avaliar o potencial de iniciativas para gerar benefícios diretos às comunidades amazônicas e contribuir para o desenvolvimento sustentável da região.
2. **Alinhamento com prioridades dadas pelo Estado Brasileiro:** favorecer projetos que se alinhem e contribuam para a implementação de políticas públicas relevantes para a Amazônia.
3. **Soberania:** valorizar mecanismos de governança, gestão de dados e informações estratégicas para o país, a ética na pesquisa científica e a garantia do respeito à propriedade intelectual dos povos e populações da região.

Realização:



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E SERVIÇOS



4. **Interdisciplinaridade e diálogo de saberes:** valorizar abordagens interdisciplinares que integrem diferentes áreas do conhecimento para enfrentar os desafios complexos da região.
5. **Inserção de Profissionais da região na região:** considerar a permanência e atração de jovens pesquisadores e profissionais qualificados na região amazônica.
6. **Bioeconomia:** favorecer iniciativas de bioeconomia baseadas na sociobiodiversidade amazônica, desenvolvendo bioprodutos e cadeias de valor locais, integrados com as iniciativas das comunidades locais e das iniciativas empresariais, em consonância com a NIB.
7. **Impacto Econômico:** Considerar o potencial do projeto para gerar oportunidades econômicas sustentáveis, contribuindo para a diversificação da economia local, fomentando a repartição de benefício e empreendedorismo.
8. **Inovação:** priorizar iniciativas que explorem soluções adaptadas ao contexto amazônico, contribuindo para a transformação ecológica, garantindo a permanência no país da tecnologia desenvolvida e o desenvolvimento social.
9. **Infraestrutura Científica:** apoiar propostas que contribuam para o fortalecimento e modernização da infraestrutura laboratorial e de pesquisa na região amazônica e agreguem novas estruturas para o adensamento produtivo sustentável da região, priorizando a interiorização.
10. **Cooperação e Redes:** estimular propostas que promovam a cooperação entre instituições locais, nacionais e internacionais, fortalecendo redes de pesquisa, com governança local compartilhada entre os atores e inovação inclusivas e com impacto na vida das pessoas
11. **Inclusão e Equidade:** priorizar iniciativas que promovam a inclusão social e a equidade, beneficiando comunidades tradicionais, indígenas, agricultura familiar e os contextos urbanos da Amazônia.
12. **Escala e Replicabilidade:** considerar o potencial de escalonamento, competitividade e replicação dos resultados de iniciativas em diferentes contextos amazônicos.
13. **Integração de Saberes:** orientar propostas que integrem conhecimentos científicos com ciência indígena e conhecimentos tradicionais e ancestrais das populações amazônicas.
14. **Sustentabilidade:** observar a sustentabilidade socioambiental e fomentar iniciativas que promovam a conservação da biodiversidade, a redução do desmatamento e a mitigação das mudanças climáticas.
15. **Monitoramento e Avaliação:** valorizar propostas que incluam mecanismos robustos de monitoramento e avaliação de impacto, permitindo o aprendizado contínuo e a melhoria das intervenções.